



Aula 8 - As peculiaridades das tutelas provisórias nas ações de Divórcio e Partilha de bens

1. Não há, aqui, uma liminar com requisitos peculiares...

1.1. É importante que você saiba que a nossa legislação não prevê uma medida liminar com requisitos específicos nas ações de Divórcio e Partilha de Bens

1.1.1. Então, qualquer necessidade de tutela provisória deve observar os requisitos previstas no art. 300 e seguintes do CPC

1.1.1.1. O que faremos nessa aula será analisar os tipos de tutela provisória mais comuns envolvendo essas ações, para que você saiba o que é importante demonstrar ao juiz quando formular um pedido....

1.1.1.1.1. Vamos ver como pensa o juiz quando analisa os pedidos de tutela provisória nas ações de Divórcio e Partilha de Bens

2. Pedidos mais comuns envolvendo DÍVÓRCIO e PARTILHA DE BENS

2.1. Vou expor aqui quais são os pedidos e tutela provisória mais comuns envolvendo DÍVÓRCIO e PARTILHA DE BENS

2.1.1. E vamos analisar como demonstrar ao juiz a presença dos requisitos necessários ao deferimento desses pedidos

2.1.1.1. Lembrando que é possível pleitear qualquer tipo de tutela provisória, seja baseando-se na urgência ou na evidência...seja tutela cautelar ou tutela antecipada

2.1.1.1.1. Eu vou expor os pedidos mais comuns, para que possamos, juntos, estudarmos como demonstrar a presença dos requisitos legais na prática...

2.1.1.1.1. 1

2.1.1.1.1.1.1.1.1. Exemplo:

2.1.1.1.1.1.1.1.1.2. PERIGO DE DANO

2.1.1.1.1.1.1.1.1.2.1. - prova da união com outra pessoa

2.1.1.1.1.1.1.1.2.2. -
declaração de que pretendem se
casar

2.1.1.1.1.1.1.1.1.2.3. -
documentação médica da outra
pessoa, que evidencia que não se
pode esperar

2.1.1.1.1.1.1.2. Observação Importante:

2.1.1.1.1.1.1.2.1. Parte da doutrina
defende que o divórcio sempre pode ser
decretado liminarmente, como uma tutela
de evidência, já que se trata de um direito
contra o qual não há possibilidade de
defesa.

2.1.1.1.1.1.1.2.1.1. Alguns julgados nesse sentido:

2.1.1.1.1.1.1.2.1.1.1. TJRJ; AI
0042493-26.2019.8.19.0000; Campos
dos Goytacazes; Vigésima Câmara
Cível; Rel^a Des^a Maria da Glória Oliveira
Bandeira de Mello; DORJ 14/08/2019;
Pág. 322.

2.1.1.1.1.1.1.2.1.1.2. TJSP; AI
2267701-33.2018.8.26.0000; Ac.
13101416; São Paulo; Nona Câmara de
Direito Privado; Rel. Des. José Aparício
Coelho Prado Neto; Julg. 22/11/2019;
DJESP 04/12/2019; Pág. 2611.

2.1.1.1.1.2. 2

2.1.1.1.2.1. Divórcio + Alimentos em favor do Cônjugue, com pedido de antecipação de tutela dos alimentos

2.1.1.1.2.1.1. A tutela provisória que se pretende refere-se aos alimentos em favor do cônjuge, uma tutela antecipada, baseada na urgência, para evitar um perigo de dano.

2.1.1.1.1.2.1.1.1. Exemplo:

2.1.1.1.2.1.1.1.1. O casal se separa de fato. Durante o casamento, a esposa cuidava da casa e das crianças, enquanto o marido trabalhava fora para prover as despesas da casa. Com a separação, a mulher não tem condições de se manter sozinha e de voltar de imediato ao mercado de trabalho. Por isso é necessária a fixação de uma pensão

2.1.1.1.2.1.1.1.1.1. O que deve ser demonstrado ao juízo, neste tipo de pedido:

2.1.1.1.2.1.1.1.1.1.1. PROBABILIDADE DO DIREITO

2.1.1.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1. - certidão de casamento

2.1.1.1.2.1.1.1.1.2. PERIGO DE DANO

2.1.1.1.2.1.1.1.1.2.1. - prova de que a esposa não trabalhava fora

2.1.1.1.2.1.1.1.1.2.2. - prova de que a esposa não tem condições imediatas ou definitiva de voltar ao mercado de trabalho

2.1.1.1.2.1.1.1.1.2.2.1. Esse ponto é fundamental para o sucesso do pedido

2.1.1.1.2.1.1.1.1.2.2.1.1. É interessante mostrar como é o mercado de trabalho local....que não há vagas de trabalho...que as vagas existentes não remuneram com o suficiente...

2.1.1.1.2.1.1.1.1.2.3. - prova a respeito das despesas necessárias

2.1.1.1.2.1.1.1.1.2.3.1. Este item serve para a fixação do valor da pensão

2.1.1.1.2.1.1.1.1.2.4. - prova a respeito da capacidade do marido

2.1.1.1.2.1.1.1.1.1.2.4.1. Este item serve para a fixação do valor da pensão

2.1.1.1.2.1.1.1.1.1.2.4.1.1. Pode ser pedido todo tipo de medida para se descobrir a capacidade econômica.

2.1.1.1.2.1.1.1.1.2.4.1.1.1.
Ofício ao empregador,
consulta ao sisbajud, infojud,
etc...

2.1.1.1.2.1.1.1.1.2.5. Aqui valem
todas as advertências relativas ao
pedido de alimentos em favor dos
filhos....

2.1.1.1.2.1.1.1.1.2. Uma peculiaridade
sobre os alimentos pedidos pelo cônjuge,
casado pelo regime da comunhão
universal de bens...

2.1.1.1.2.1.1.1.1.2.1. Dispõe o
parágrafo único, do art. 4, da Lei
5478/68 (Lei de Alimentos), que:

2.1.1.1.2.1.1.1.1.2.1.1. Parágrafo
único. Se se tratar de alimentos
provisórios pedidos pelo cônjuge,
casado pelo regime da comunhão
universal de bens, o juiz
determinará igualmente que seja
entregue ao credor, mensalmente,
parte da renda líquida dos bens
comuns, administrados pelo
devedor.

2.1.1.1.2.1.1.1.1.2.1.1.1. Então,
além dos alimentos provisórios
que o juiz deve fixar, também se
determina a entrega de parte da
renda líquida dos bens comuns

2.1.1.1.1.2.1.1.1.2.1.1.1.1.
Ex: o marido trabalhava fora e a esposa cuidava da casa. Na separação, aquele terá que pagar alimentos a essa. Mas se o casal também possuía imóveis alugados, parte dessa renda de aluguel deve ser repassada liminarmente para a requerente....

2.1.1.1.3. 3

2.1.1.1.3.1. Divórcio + Partilha de bens, com pedido cautelar de arrolamento e bloqueio de bens do casal

2.1.1.1.3.1.1. A tutela provisória que se pretende refere-se apenas à partilha de bens. Pede-se o arrolamento, com a busca e indisponibilidade dos bens do casal, até ulterior partilha. Trata-se de uma medida cautelar, para garantir a utilidade prática do pedido de partilha.

2.1.1.1.3.1.1.1. Exemplo:

2.1.1.1.3.1.1.1.1. O casal se separa de fato. Durante o casamento, o marido era quem cuidava unicamente dos bens do casal. A esposa não tinha conhecimento da vida financeira, da quantidade de bens e não sabe sequer quais são os bens partilháveis. Há necessidade de se descobrir quais são os bens e de se impedir o seu desfazimento. A medida liminar é necessária para garantir a utilidade prática da ação.

2.1.1.1.3.1.1.1.1.1. O que deve ser demonstrado ao juízo, neste tipo de pedido:

2.1.1.1.3.1.1.1.1.1.1. PROBABILIDADE DO DIREITO

2.1.1.1.3.1.1.1.1.1.1.1. - certidão de casamento

2.1.1.1.3.1.1.1.1.1.2. O risco ao resultado útil do processo

2.1.1.1.3.1.1.1.1.1.2.1. - Se a esposa desconhece os bens, deve fazer uma alegação lógica sobre a necessidade de se descobrir quais são....

2.1.1.1.3.1.1.1.1.1.2.1.1. Se ela tiver indícios de prova, como correspondências de bancos, cartões e etc, ajuda muito

2.1.1.1.3.1.1.1.1.1.2.2. - Aqui não se pode exigir um perigo concreto: uma evidência de que o marido está se desfazendo dos bens....a mera argumentação de que os bens podem desaparecer deve ser suficiente. Isso para os bens móveis, obviamente, como dinheiro, gado, móveis da casa e etc...

2.1.1.1.3.1.1.1.1.1.2.2.1. Os bens imóveis devem ser apenas relacionados e não há urgência quanto a isso, já que qualquer venda depende da outorga uxória

2.1.1.1.4. 4

2.1.1.1.4.1. Divórcio + Alimentos em favor de filho + Guarda de filho + Visita de Filho

2.1.1.1.4.1.1. Aqui vale tudo o que estudamos sobre as tutelas provisórias nas ações de alimentos, guarda e visita

2.1.1.1.4.1.1.1. Se tiver alguma dúvida, recomendo que assista novamente as aulas anteriores.

3. Um caso para estudo

3.1. Uma cliente te procura e apresenta a seguinte história

3.1.1. Diz que foi casada com um homem de nome João. Informa que durante o casamento, João trabalhava fora e ela cuidava da casa, por imposição do marido que a fez deixar o emprego que tinha.

3.1.1.1. Narra que descobriu que João a estava tramando e que por isso exigiu que ele saísse de casa, pois quer o divórcio.

3.1.1.1.1. Porém, ela não tem conhecimento algum da situação financeira do casal, não tem condições de se sustentar e tampouco de voltar ao mercado de trabalho, já que conta com 60 anos de idade e mora em uma cidade pequena.

3.1.1.1.1.1. Informa que o casal possui uma fazenda, animais bovinos e dinheiro no banco, mas desconhece por completo mais detalhes do patrimônio.

3.1.1.1.1.1.1. Após ouvir o relato, você decide ingressar com uma única ação que engloba todos os seguintes pedidos:

3.1.1.1.1.1.1. Pedido de Divórcio

3.1.1.1.1.1.2. Pedido de Alimentos para a cônjuge, com pedido de antecipação de tutela

3.1.1.1.1.1.3. Pedido de Partilha de Bens, com pedido cautelar de arrolamento e bloqueio

3.1.1.1.1.1.4. Vamos submeter o nosso caso de estudo ao passo a passo que aprendemos?

4. PRIMEIRO PASSO

4.1. RACIOCÍNIO SINCERO

4.1.1. Você deve fazer um raciocínio sincero

4.1.1.1. Você precisa mesmo de uma decisão provisória?

4.1.1.1.1. Ou você está querendo, apenas, inverter o ônus da demora natural do processo

4.1.1.1.1.1. Seja o mais sincero possível. Lembre-se da fábula do Lobo e do Pastor

4.1.1.1.1.1.1. Você forma a sua imagem profissional de acordo com a sua conduta

4.1.1.1.1.1.1.1. Tentar só por tentar pode ter um preço caro a se pagar...

4.1.1.1.1.1.1.1. No caso de estudo

4.1.1.1.1.1.1.1.1. Tanto o pedido antecipatório de alimentos, quanto o pedido cautelar de arrolamento e bloqueio de bens são necessários, já que a cliente não tem como se sustentar e os bens podem sumir...

5. SEGUNDO PASSO

5.1. URGÊNCIA OU EVIDÊNCIA?

5.1.1. Você deve olhar para o seu caso concreto e identificar se o que o cliente precisa é uma tutela baseada na URGÊNCIA ou

na EVIDÊNCIA

5.1.1.1. Esse passo é essencial para que você não confunda os requisitos e a forma de apresentação do pedido

5.1.1.1.1. No caso de estudo

5.1.1.1.1.1. O pedido de alimentos é uma tutela antecipada baseada na urgência

5.1.1.1.2. Já o pedido de arrolamento e bloqueio de bens é um pleito de natureza cautelar, também baseado na urgência

6. TERCEIRO PASSO

6.1. Você deve olhar para os requisitos legais do tipo de tutela que você pretende pedir e, imediatamente....

6.1.1. LISTAR AS PROVAS E OS ARGUMENTOS JURÍDICOS E LÓGICOS pertinente a cada requisito...

6.1.1.1. Após identificar o tipo de tutela que seu cliente precisa, você deve olhar para as provas que você tem e para as provas que você pode precisar trazer ao processo

6.1.1.1.1. Você também deve relacionar os argumentos jurídicos e lógicos que você vai precisar fazer para evidenciar a presença de cada requisito

6.1.1.1.1.1. No caso de estudo

6.1.1.1.1.1.1.1. O pedido de alimentos para a cônjuge:

6.1.1.1.1.1.1.1.1.2. 2

6.1.1.1.1.1.1.1.2.1. Quais são as provas e argumentos jurídicos/lógicos que demonstram o perigo concreto de dano? Ou isso decorre de um simples raciocínio lógico?

6.1.1.1.1.1.1.1.2.1.1. No caso de estudo

6.1.1.1.1.1.1.1.1.3. 3

6.1.1.1.1.1.1.1.3.1. Quais são as provas que demonstram que a medida é reversível ou que não haverá prejuízo ao requerido? Ou isso é decorrente de um simples raciocínio lógico?

6.1.1.1.1.1.1.1.1.3.1.1. No caso de estudo

6.1.1.1.1.1.1.1.1.4. 4

6.1.1.1.1.1.1.1.1.4.1. O meu cliente tem condições de prestar caucão?

6.1.1.1.1.1.1.1.1.1.4.1.1. No caso de estudo

6.1.1.1.1.1.1.2. A decisão precisa ser dada liminarmente ou há possibilidade de se decidir depois de ouvir a outra parte?

6.1.1.1.1.1.1.2.1. No caso de estudo

6.1.1.1.1.1.1.2.1.1. Você deve deixar
claro porque não é possível esperar...

6.1.1.1.1.2. O pedido de arrolamento e bloqueio dos bens

6.1.1.1.1.1.2.1. TUTELA CAUTELAR

6.1.1.1.1.2.1.1. Requisitos legais

6.1.1.1.1.1.2.1.1.1. Você deve anotar em uma folha

6.1.1.1.1.1.2.1.1.1.1.1

6.1.1.1.1.1.2.1.1.1.1.1. Quais são as provas e argumentos jurídicos/lógicos que demonstram a probabilidade do direito que vou invocar?

6.1.1.1.1.1.2.1.1.1.1.1.1. No caso de estudo

6.1.1.1.1.2.1.1.1.2. 2

6.1.1.1.1.1.2.1.1.1.2.1. Quais são as provas e argumentos jurídicos/lógicos que demonstram o risco ao resultado útil do processo? Ou isso decorre de um simples raciocínio lógico?

6.1.1.1.1.1.2.1.1.1.2.1.1. No caso de estudo

6.1.1.1.1.1.2.1.1.1.3. 3

6.1.1.1.1.2.1.1.1.3.1. O meu cliente tem condições de prestar caução?

6.1.1.1.1.2.1.1.1.3.1.1. No caso de estudo

6.1.1.1.1.2.1.2. A decisão precisa ser dada liminarmente ou há possibilidade de se decidir depois de ouvir a outra parte?

6.1.1.1.1.2.1.2.1. No caso de estudo

6.1.1.1.1.2.1.2.1.1. Você deve deixar claro porque não é possível esperar...

6.1.1.1.1.2.1.2.1.1.1. O ex marido, ao saber da ação, pode dilapidar o patrimônio

7. QUARTO PASSO

7.1. A APLICAÇÃO DA EMPATIA NA PRÁTICA

7.1.1. Você deve olhar para o caso concreto e exercer a EMPATIA

7.1.1.1. Se fosse você no lugar do juiz, quais argumentos você utilizaria para poder INDEFERIR o pedido

7.1.1.1.1. Lembra sempre que o juiz tem MEDO de ser injusto e se sente INSEGURO em tomar uma medida drástica sem ouvir a parte contrária

7.1.1.1.1.1. Você deve listar todos os medos relativos ao caso concreto

7.1.1.1.1.1.1. Você deve listar todas as inseguranças relativas aos casos concretos

7.1.1.1.1.1.1.1. No nosso caso de estudo

7.1.1.1.1.1.1.1.2. - Se eu indeferir o pedido de alimentos, qual prejuízo a parte autora pode sofrer?

7.1.1.1.1.1.1.1.3. - O pedido pode ser decorrente apenas de raiva, de vingança ou do desejo de obter uma pensão alimentícia ?

7.1.1.1.1.1.1.1.3.1. Adiante-se a isso e fale que o pedido visa apenas a segurança da ex esposa

7.1.1.1.1.1.1.1.4. - Se eu indeferir o pedido de arrolamento e bloqueio de bens, posso prejudicar o requerente?

7.1.1.1.1.1.1.1.4.1. Jogue no colo do juiz a responsabilidade pelo sumiço dos bens...

7.1.1.1.1.1.1.1.4.1.1. Mostre que pode não ter volta

7.1.1.1.1.1.1.1.5. - Se eu deferir o pedido de bloqueio de bens, posso prejudicar o requerido?

7.1.1.1.1.1.1.1.5.1. Ressalte que após a resposta o juízo pode liberar o que for estritamente necessário

8. QUINTO PASSO

8.1. Agora é só sentar e começar a redigir o seu pedido